

**EMENDA Nº - PLEN**  
(ao PL nº 1.179, de 2020)

Inclua-se, no capítulo “Disposições Finais” do Projeto de Lei nº 1.179, de 2020, onde couber, o seguinte artigo:

“Art. . Ficam, até 31 de Dezembro de 2020:

I - vedada a realização de bloqueio ou penhora de ativos financeiros de réus em processos judiciais;

II - suspensos os processos de execução”

**JUSTIFICAÇÃO**

O momento atual de crise brutal causada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) é de estimular a circulação de riqueza. Além do mais, muitas pessoas perderam seus empregos e suas atividades profissionais, de maneira que a única fonte de sustento é o dinheiro depositado em suas contas bancárias.

A penhora de ativos financeiros (por meio do famoso sistema BacenJud) vai contra o estímulo à circulação de riquezas e, ainda por cima, pode subtrair a única fonte de sustento das pessoas.

Além do mais, convém que os processos de execução fiquem suspensos enquanto estivermos sob os efeitos da crise.

Sala da Sessão,

Senadora ROSE DE FREITAS

